



ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

RELATÓRIO

O presente relatório pretende sintetizar a apreciação realizada pelos professores peritos no âmbito das visitas às escolas com AFD, na segunda ronda de recolha de informação realizada. Esta apreciação foi feita de acordo com os dados fornecidos pelas fichas de avaliação e as notas de campo recolhidas. Por termos constatado a riqueza informacional que estas últimas encerravam e o contributo que a mesma poderia ter para o aprofundamento da apreciação do processo, decidimos colocar também o seu produto à consideração da CAP, depois do devido tratamento de análise indutiva do seu conteúdo.

No cômputo geral, haverá a constatar um desequilíbrio no número de visitas efectuadas nas diferentes Direcções Regionais. Tal facto ficou a dever-se a dificuldades de ordem logística que não permitiram uma mobilização atempada e em número suficiente de colegas para acompanhar a visitas programadas. Não obstante esta circunstância, considerámos todos os relatórios de visitas apresentados, ainda que possamos reconhecer que, nalguns casos, a amostragem poderia ter sido mais coincidente com o número visitas programas pelas diferentes direcções regionais. O nosso relatório sintetiza essa informação em 20 epígrafes, terminando com realce das principais preocupações.

Na leitura do presente relatório, como aliás para toda a actividade da SPEF e do CNAPEF no âmbito da CAP, devem considerar-se os pressupostos esclarecidos nos n.º 1 e 2 do primeiro relatório de apreciação do processo de implementação das AFDs.

1 - Existência da Educação e Expressão Físico-Motora

O gráfico 1, mostra que na grande maioria das escolas acompanhadas o ensino da EEFM persiste em não existir apesar de estar contemplada na lei. Verificamos a sua existência

em apenas cerca de 27 % dos casos analisados. Esta situação é igualmente acentuada em todas as DRE's.

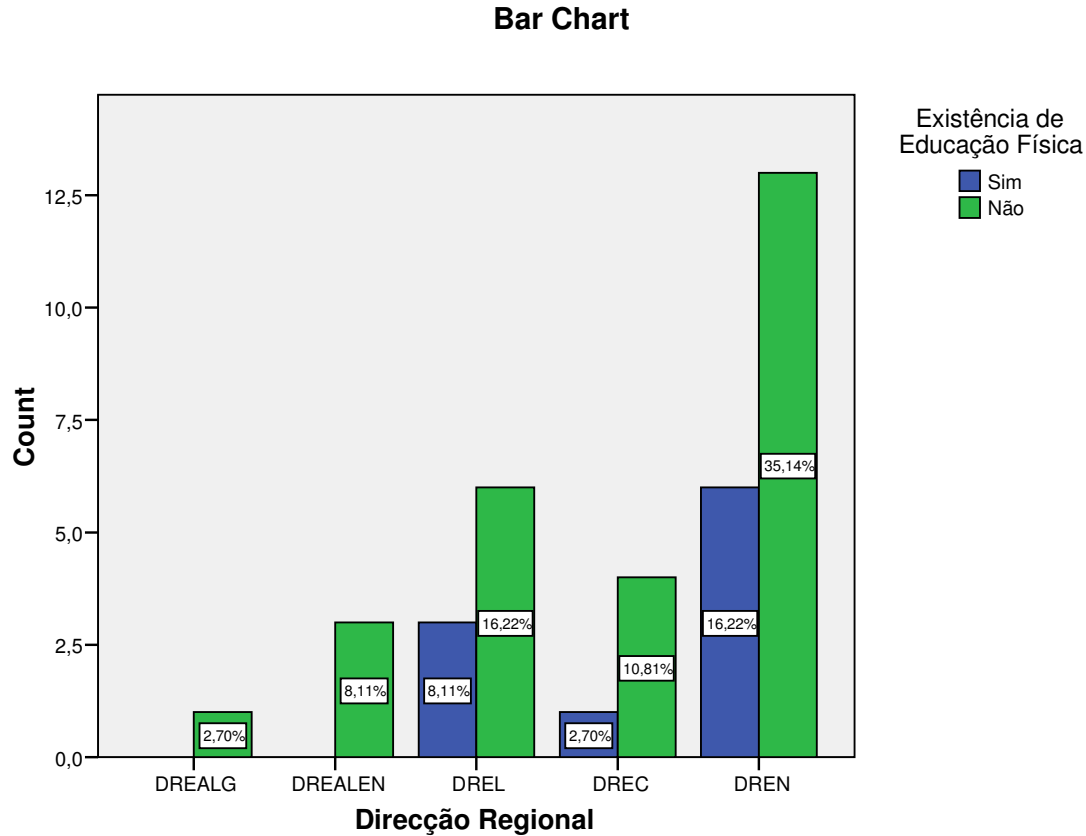


Gráfico 1

2 - Razão para a não existência de EEFM na escola

Os resultados do quadro 1 evidenciam as razões argumentadas pelas escolas das diferentes DRE's para a não existência de EEFM. Na DREL, parece estar a ocorrer um processo de substituição da EEFM pelas AFD's, provavelmente devido ao abandono dos processos de apoio à área disciplinar por parte da CML. Na DREC, as razões prendem-se com falta de iniciativa dos professores na criação de condições para a leccionação da EEFM. Na DREN, a estas razões acrescentam-se argumentos relativos à organização curricular e às dificuldade em matéria de recursos temporais e materiais.

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P1- AFD substitui	0,0	0,0	14,3	62,5	37,5
P1- Decisão do professor titular	0,0	0,0	42,9	0,0	25,0
P1- Organização curricular	0,0	50,0	14,3	12,5	12,5
P1- Recursos materiais e temporais	0,0	50,0	28,6	25,0	25,0

Quadro 1

Verificámos assim que, associada à situação da generalizada inexistência da EEFM, emerge agora outra que acentua a gravidade da mesma: nos locais onde ainda existia EEFM, poderá estar a ocorrer um processo de desaparecimento da mesma, aparecendo em seu lugar, e por substituição, as Actividades Físicas Desportivas (AFD).

3 - Relação entre as Actividades Física e Desportivas e a Educação e Expressão Físico-Motora

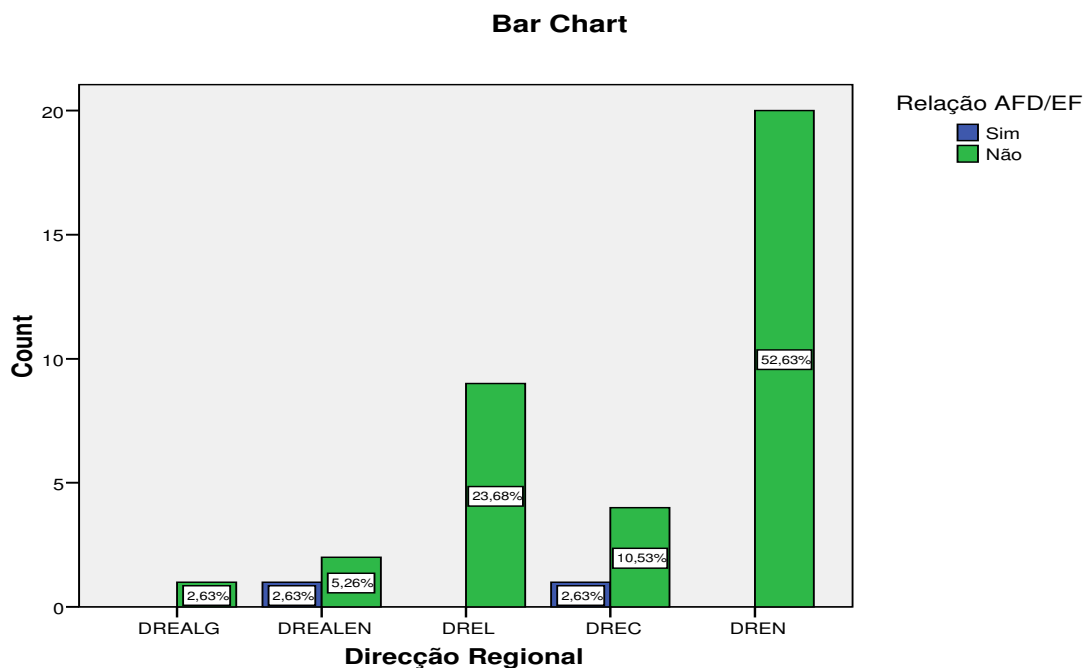


Gráfico 2

Quanto à articulação entre a EEFM e as Actividades de Enriquecimento Curricular (Gráfico 2) verificamos igualmente a sua raríssima existência (em apenas cerca de 5% dos casos). Esta situação é mais acentuada na DREN e DREL. Um dos maiores bens educativos, que julgamos nós, tenha presidido à filosofia conceptual das AEC's, o enriquecimento do currículo, peca assim por não se concretizar. Ao contrário, constata-se um enfraquecimento da presença da EEFM como referência essencial do currículo e seu complemento.

4 - Relação entre o professor das Actividades Física e Desportivas e professor titular de turma

Quanto à articulação entre o professor das AFD e o professor titular de turma, voltamos a observar (Gráfico 3) uma situação de precariedade, assinalando-se essa relação em apenas 30 % dos casos. Esta situação ocorre sobretudo na DREL. Deve assinalar-se também as excepções da DREALent e da DREC, em que os casos de cooperação são maioritários.

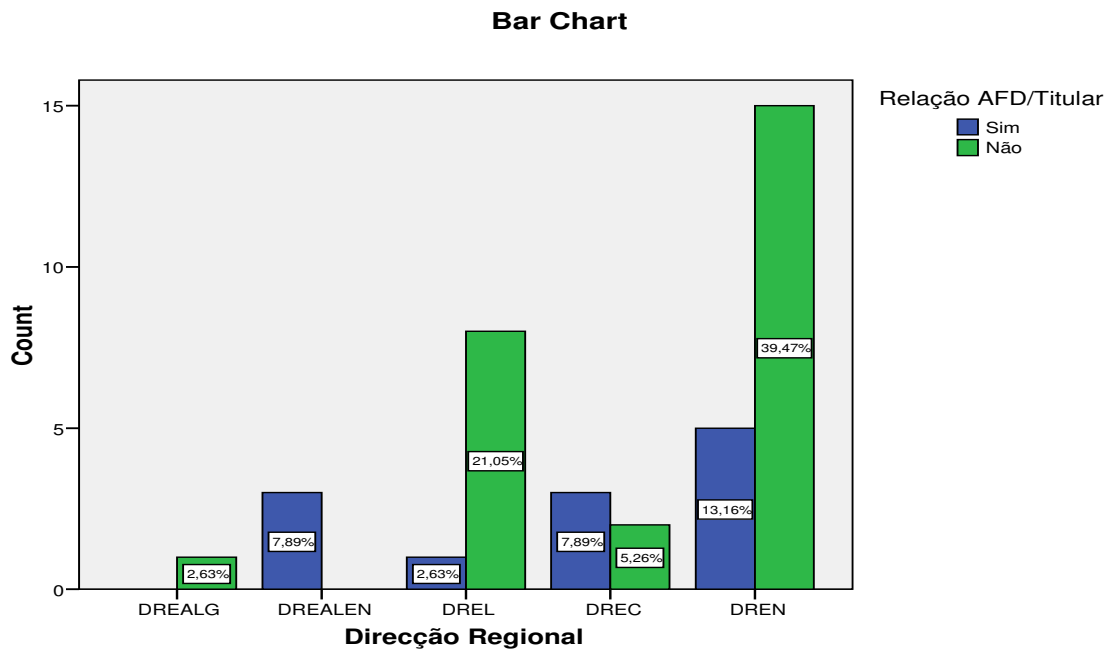


Gráfico 3

De um modo geral, constatamos que a articulação entre o professor das AFD e o professor titular de turma é muito reduzida.

5 - Características da articulação com o professor titular

O quadro 2 mostra que, quando existe, a relação entre os professores especialistas e os professores titulares se caracteriza por uma troca de informação sobre o comportamento dos alunos nas AFD, ao contrário de se focar na preparação do trabalho a efectuar nesta actividade, na combinação do enriquecimento ao currículo, quer ao nível do planeamento, quer ao nível da avaliação, naquilo que deverá ser valorizado do ponto de vista curricular, e quais deverão ser as principais prioridades de aprendizagem dos alunos.

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P3- Avaliação	0,0	0,0	0,0	0,0	11,1
P3- Desorganização do Agrupamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
P3- Desvalorização das AFD	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0
P3- Dificuldades temporais	0,0	0,0	0,0	0,0	22,2
P3- Informação sobre Comportamentos	0,0	0,0	50,0	0,0	66,7

Quadro 2

Como se observa, a articulação entre o professor AFD e o professor titular foram relatados sobretudo nas visitas na DREN e DREC e parece caracterizar-se por várias dificuldades, ao nível e ao nível do tempo disponível para reunir e de uma atitude de desvalorização das AFD por parte dos professores titulares.

6 - Assuntos relativos à implementação das AFD que se têm revelado importantes

Dos assuntos destacados como mais importantes em relação à implementação das AFDs, destacam-se os recursos materiais e especiais que, no caso da DREALEN, merece especial destaque. São ainda apontados problemas de articulação e a circunstância da redução da EEFM.

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P4- AFD substituí	0,0	0,0	0,0	11,1	14,3
P4- Desorganização inicial	0,0	0,0	50,0	11,1	0,0
P4- Dificuldade de articulação	0,0	0,0	0,0	33,3	14,3
P4- Problemas de segurança	0,0	0,0	0,0	0,0	14,3
P4- Recursos Humanos	0,0	0,0	50,0	22,2	0,0
P4- Recursos materiais e espaciais	0,0	100,0	0,0	22,2	57,1

Quadro 3

7 - Características da articulação entre a escola e entidade mediadora

Em relação à articulação entre escola e actividade mediadora (Quadro 4), observa-se que, num elevado número de casos, esta foi considerada inexistente, particularmente na DREC e DREN, e casos em que a mesma se caracterizou como meramente administrativa (caso da DREL).

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P5- Administrativa	0,0	0,0	0,0	66,7	10,0
P5- Coordenador	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0
P5- Inexistente/Reduzida	0,0	0,0	50,0	0,0	60,0
P5- Planificação e gestão	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0
P5- Professor das AFD	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0
P5- Reuniões (mensal ou mais reduzida)	0,0	33,3	0,0	16,7	30,0

Quadro 4

Para além disso, verifica-se que, quando existe, o contacto entre as duas entidades é habitualmente inferior a uma vez por mês. Entre as diferentes regiões educativas, sobressai a experiência da DREALEN, onde o contacto se realiza sobretudo para planificar e gerir as AFDs.

8 - Integração das Actividades Física e Desportivas no Projecto Educativo de Escola

Relativamente à integração das AFDs no PEE observamos (Gráfico 4) que, em cerca de 50% dos casos, esta se verifica. Deve assinalar-se que isso acontece sobretudo nos casos acompanhados da DREALg, DREALen, e DREC.

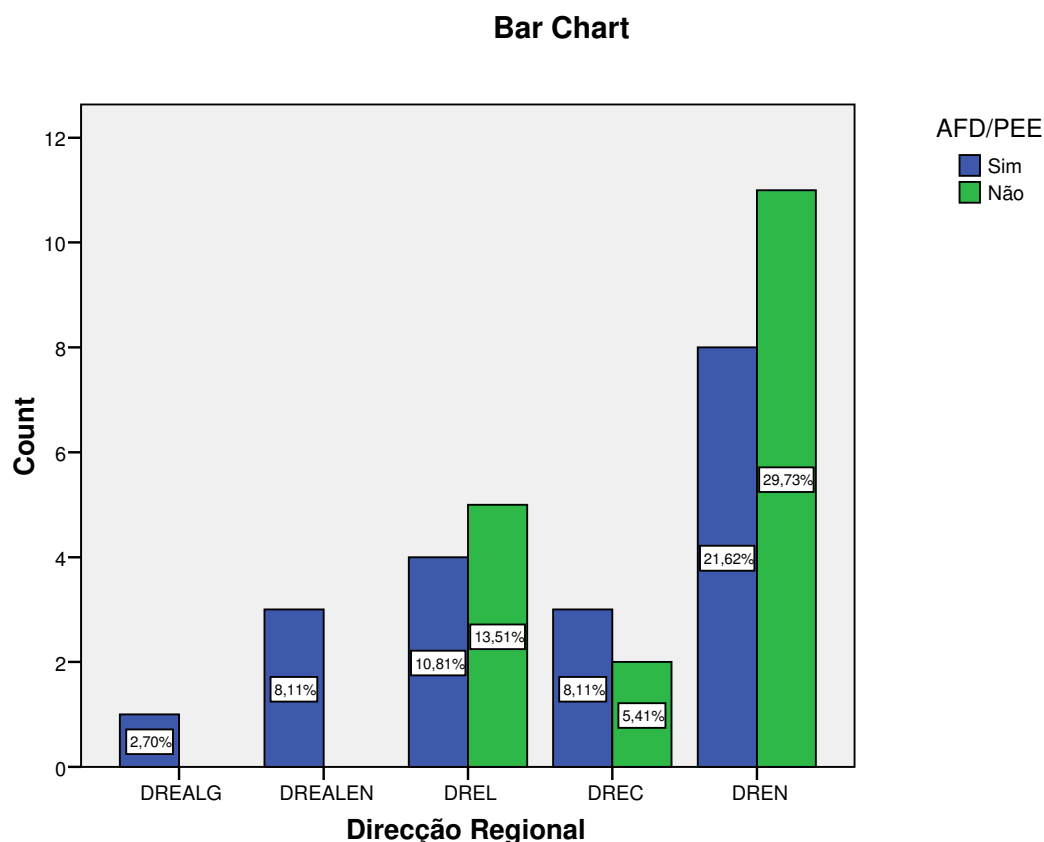


Gráfico 4

Nos casos da DREL e DREN, esta relação é maioritariamente inexistente.

9 - Relação entre o professor das Actividades Física e Desportivas e o Departamento de EF do agrupamento

O gráfico 5 mostra a carência de trabalho articulado das AFDs com o Departamento de Educação Física dos agrupamentos em que os casos analisados se inserem. Esta situação

parece menos grave no âmbito da DREL e mais acentuada na DREN.

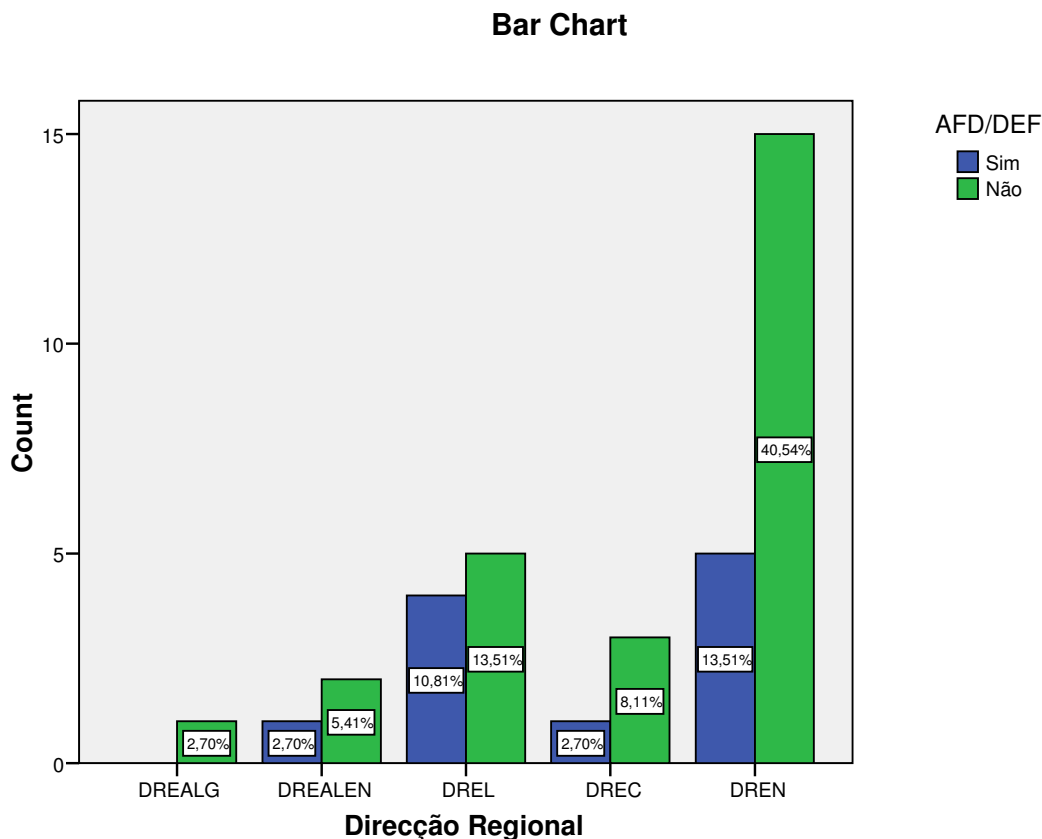


Gráfico 5

10 - Características da articulação com o Departamento Curricular do Agrupamento de Escolas

A frequência de contacto entre o Departamento Curricular de EF e os professores das AFDs é distinto nas várias DREs. No caso da DREN e DREL ele é menos frequente (pontual), sendo mais frequente no caso das DREC e DREALent (Quadro 5).

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P7- Frequente	0,0	100,0	100,0	33,3	0,0
P7- Pontual	0,0	0,0	0,0	66,7	100,0

Quadro 5

Estes resultados permitem assinalar o reduzido ou inexistente envolvimento por parte da maioria ou totalidade dos Departamentos das Escolas de EF dos vários agrupamentos das DREN e DREL, demonstrando assim as fracas condições para a plena integração que se deseja para esta actividade. Neste dois casos, os vários departamentos de EF, mantêm-se à margem do processo das AFD. Para além de representar, ao nível mais geral do processo de educação básica, a falta de articulação das AFD com o processo curricular da EF, estes resultados assinalam que, ao departamento de EF, lhe é comprometida a oportunidade de combinar currículo sobre a sua área de especialidade no 1º ciclo, aspecto fundamental a uma articulação vertical entre todos os ciclos de ensino existentes no mesmo, em todas as áreas disciplinares, tal como vem preconizado no Decreto-lei 6/2001.

11 - Natureza das Entidades Promotoras

Quanto à natureza das entidades promotoras, podemos verificar que, na grande maioria dos casos, são as autarquias. A situação é mais acentuada no caso da DREN e DREC. Em Lisboa e no Alentejo esta situação é amenizada, em favor das associações de pais.

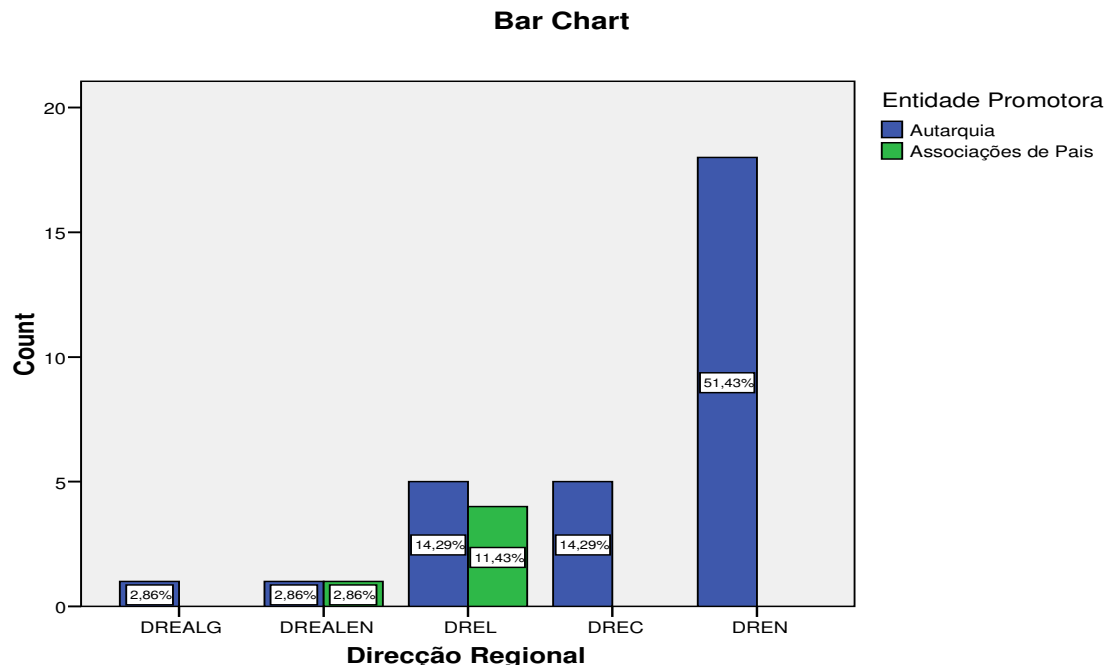


Gráfico 6

12 - Assuntos relativos ao enquadramento organizacional das AFD que se têm revelado importantes

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P8- Articulação	0,0	33,3	25,0	100,0	12,5
P8- Contratação	0,0	66,7	50,0	0,0	0,0
P8- Entidade mediadora	0,0	0,0	25,0	0,0	12,5
P8- Recursos espaciais e temporais	0,0	0,0	0,0	0,0	75,0

Quadro 6

Como se pode observar no quadro 6, o que mais preocupa os professores especialistas em relação ao enquadramento das AFD é exactamente a articulação entre os vários intervenientes, com alguma referência, no caso da DREALEN e DREC, ao problema da contratação e, no caso da DREN, ao problema das condições físicas e temporais para o desenvolvimento da actividade.

13 - Entidades Mediadoras

Como se pode observar pelo gráfico 7, em vários casos não existe nenhuma entidade promotora (0), nomeadamente na DREN e DREC.

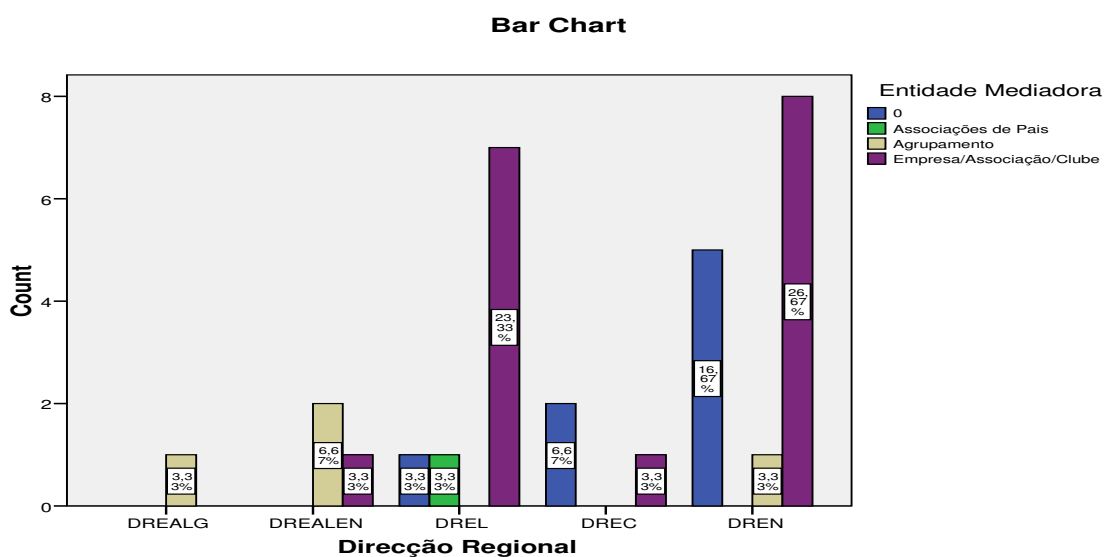


Gráfico 7

Quando existe a mediação é maioritariamente realizada por empresas, associações ou autarquias e infelizmente, muito escassamente, pelos agrupamentos ou associações de pais. A presença privada na mediação é particularmente expressiva na DREN e DREL. Curiosamente, de onde provêm as maiores queixas dos professores das AFD, fundamentalmente em relação ao regime de contratação.

14 - Experiência anterior dos professores das AFDs

Os resultados indicam também (gráfico 8) que uma elevada percentagem dos professores contactados já tinham experiência anterior de trabalho no âmbito das AFD.

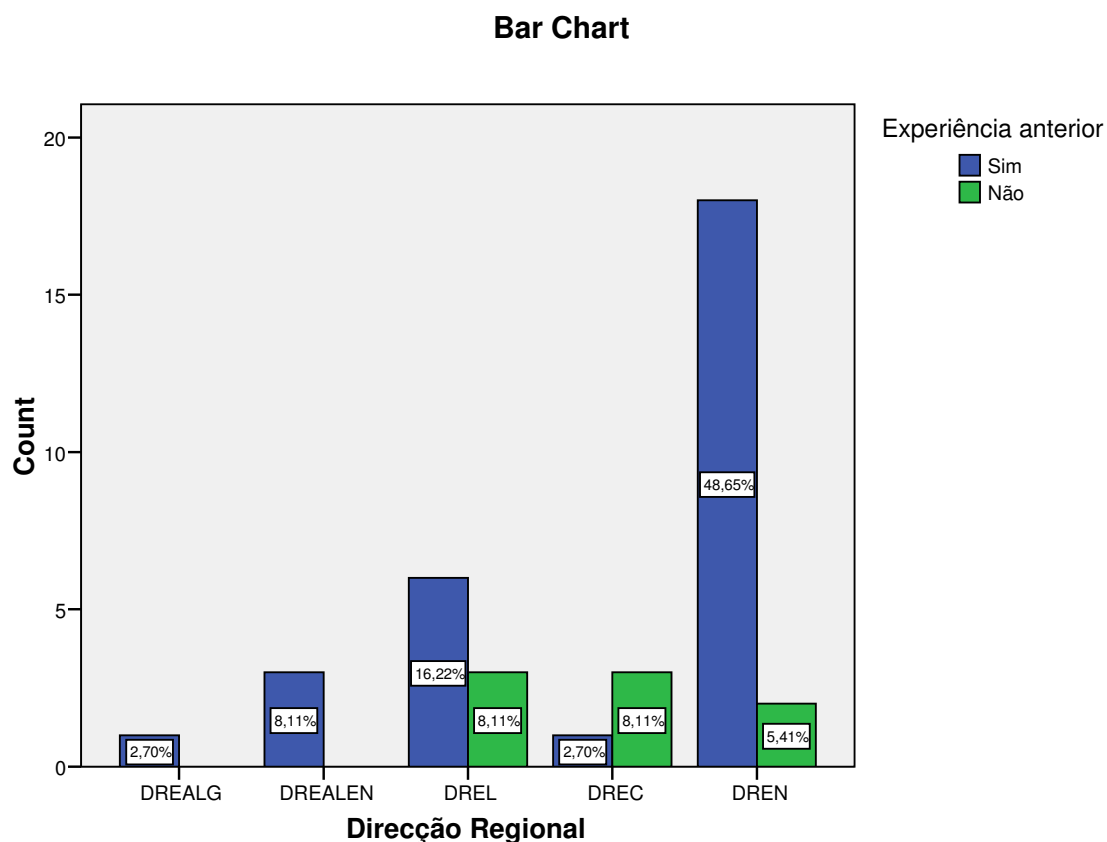


Gráfico 8

15 - Características da experiência anterior de ensino dos professores das AFDs

O quadro 7 mostra que a experiência anterior dos professores acompanhados não esteve directamente relacionada com o 1º ciclo de escolaridade, mas com outros contextos e

que, em muitos casos esta se cingiu ao estágio pedagógico

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P9- Estágio	0,0	20,0	25,0	11,1	25,0
P9- Outros	0,0	0,0	25,0	44,4	12,5
P9- Professor 1º Ciclo	0,0	40,0	25,0	22,2	31,3
P9- Professor de EF	0,0	40,0	25,0	22,2	31,3

Quadro 7

16 - Formação dos professores das AFDs

Não obstante a experiência identificada, observou-se que cerca de 13 % dos professores não cumprem a disposição regulamentar de detenção de licenciatura (Gráfico 9).

Bar Chart

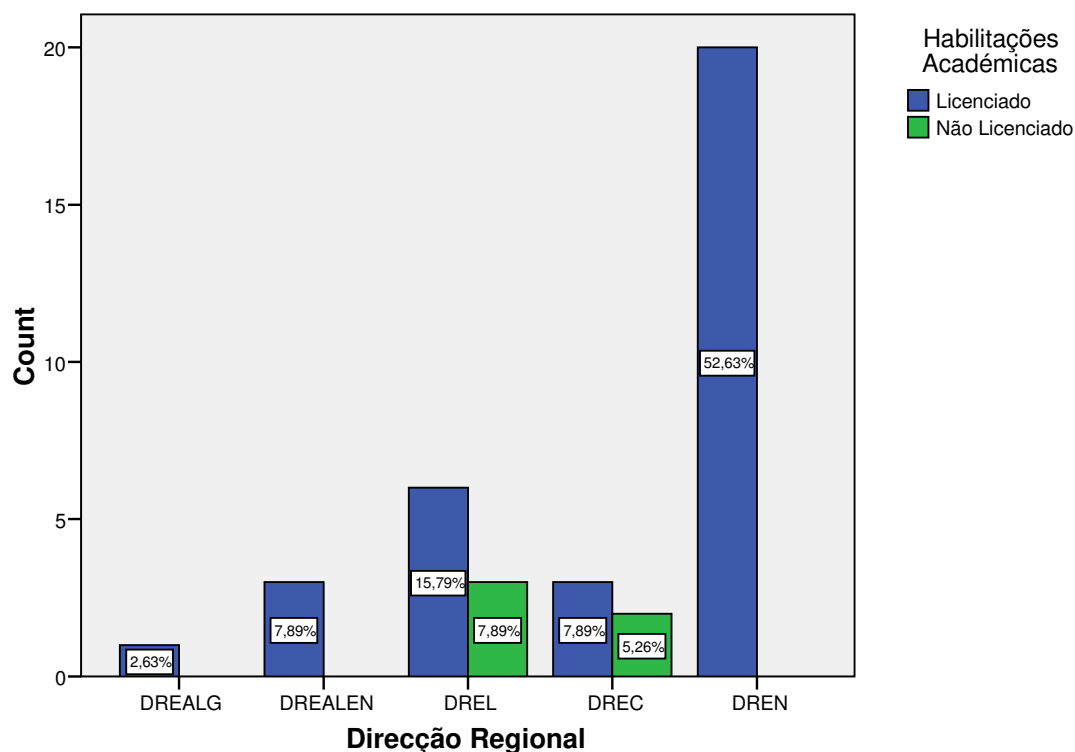


Gráfico 9

Estas situações ocorrem sobretudo na DREL e DREC, com maior incidência na primeira.

Deve realçar-se que, apesar do maior número de casos analisados, na região da DREN, não se observou nenhum professor das AFDs sem habilitação.

17 - Conhecimento dos programas de EEFM

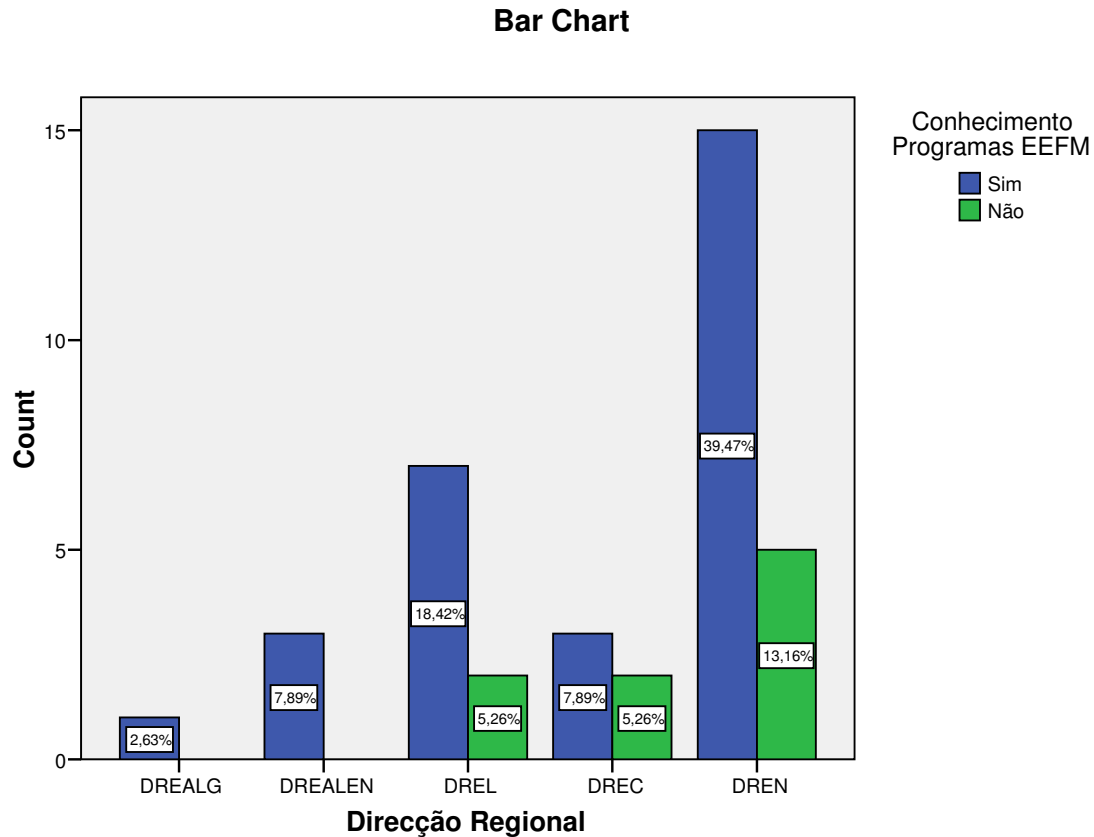


Gráfico 10

O gráfico 10 mostra que cerca de 23% dos professores das AFDs desconhecem os programas oficiais de EEFM. Na apreciação deste resultado deve considerar-se que as AFDs constituem enriquecimento das EEFM e, portanto, a sua extensão ou complemento curricular. A DREN é a região em que se encontraram mais casos nesta esta situação.

18 - Conhecimento dos programas de AFD

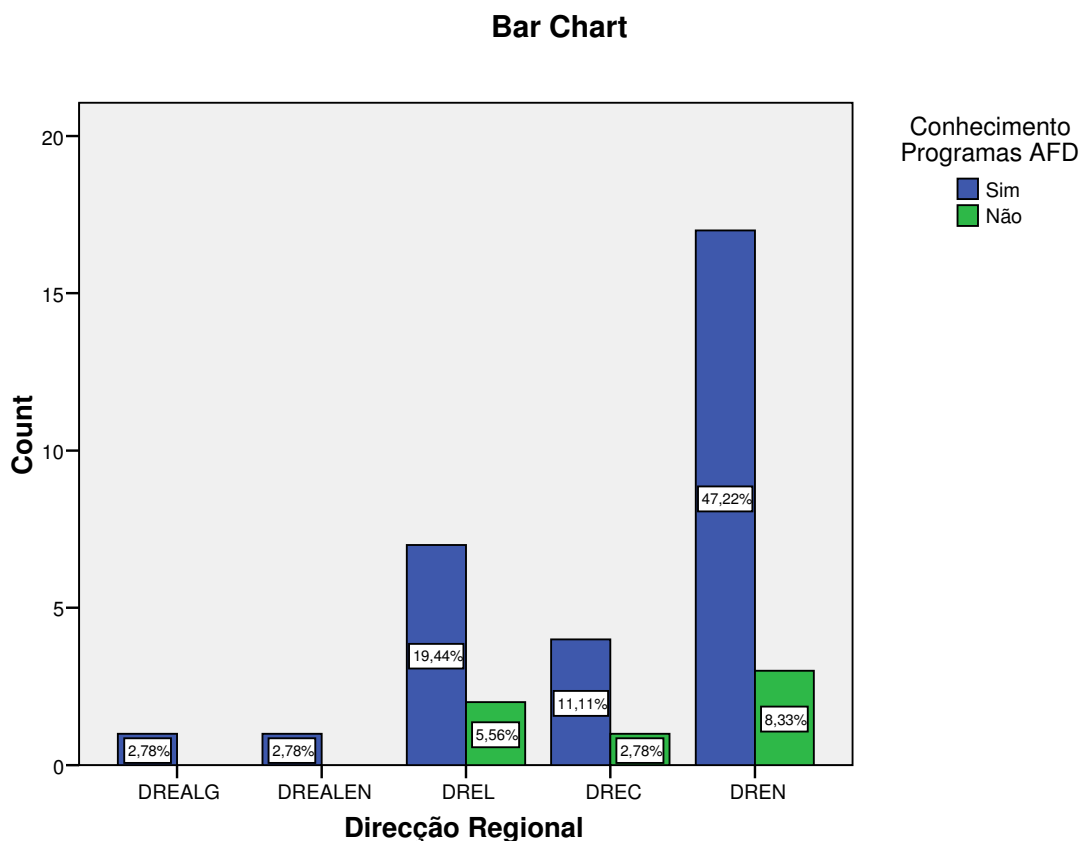


Gráfico 11

O gráfico 11 mostra que cerca de 15 % dos professores das AFDs desconhecem os próprios programas das AFD. Esta situação é mais crítica na DREN e na DREL.

19 - Qualidade das AFD segundo perito

Não tendo sido objecto de consideração previamente acordado, a apreciação da qualidade das AFDs observadas foi-nos espontaneamente assinalada pelos colegas que acompanharam as visitas. Por esta razão e por se tratar de um parâmetro de avaliação no futuro não quisemos deixar de aqui as considerar, ainda que reconhecamos tratar-se de um informação meramente apreciativa (Quadro 8)

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P11- Apreciação negativa	0,0	40,0	37,5	66,7	44,4
P11- Apreciação positiva	0,0	60,0	62,5	33,3	55,6

Quadro 8

A apreciação que os peritos realizaram das AFD foi maioritariamente positiva, naquilo que diz directamente respeito à competência técnica da maioria dos professores, não sendo da mesma opinião quando se trata de analisar os conteúdos abordados à luz daquilo que são as grandes necessidades e prioridades curriculares dos alunos, uma vez que as aulas são da inteira e exclusiva responsabilidade do professor das AFD que, logicamente, sem articulação do que quer que seja com os principais intervenientes do processo de desenvolvimento dos alunos do agrupamento (professor titular de turma e departamento de EF), bem como a ausência de referências para esta actividade nos projectos educativos das várias escolas observadas, fazem aquilo que pode.

20 - Qualidade das AFD segundo o professor das mesmas

	DREAL	DREALEN	DREC	DREL	DREN
P12- Aspectos negativos	0,0	100,0	80,0	66,7	70,6
P12- Aspectos positivos	0,0	0,0	20,0	33,3	29,4

Quadro 9

Curiosamente, a opinião dos professores das AFD vai em sentido contrário, na medida em maioritariamente se reportaram a aspectos negativos da actividade, como a falta de articulação com o professor titular de turma, a falta de material e instalações com qualidade, e a falta de tempo para reunir. Esta opinião é mais expressiva na DREC e DREALen

CONCLUSÕES

Tal como referimos no ponto 1 deste relatório, de norte a sul do País, o ensino da EEFM persiste em não existir, apesar de estar contemplada na lei.

Associada a esta situação emerge agora outra, que acentua a gravidade da mesma: nalguns dos raros locais onde ainda se desenvolvia a EEFM, está a ocorrer um processo de desaparecimento da mesma, surgindo, em seu lugar, e por substituição, as Actividades

Físicas Desportivas (AFD). Esta circunstância parece dever-se ao facto dos professores titulares de turma suprimirem ao menu curricular a EEFM por encontrarem agora um expediente de delegação desta tarefa nas AFD e no respectivo colega especialista. Desta forma desaparece a condição de enriquecimento que se deseja atribuir às AFDs.

Observa-se assim um aumento do alheamento dos professores titulares de turma, visível na ausência de articulação a que os resultados fazem referência. Neste sentido questionamos onde permanece o enriquecimento do currículo, se este último, é maioritariamente inexistente e tende a diminuir. Onde é que o processo das AFDs se assegura como garantia de maior qualidade educativa, se vem substituindo arbitrariamente aquilo que é “currículo” por aquilo que, supostamente, deveria ser “enriquecimento curricular”.

Devemos a este propósito indagar onde é que está a garantia de uma educação de qualidade, inclusiva e integral das crianças, se a AFD é facultativa, deixando ao livre arbítrio das famílias a formação das crianças ao nível das actividades físicas. Se, através da AFD, se consegue colocar nas escolas especialistas em actividade física que são, na sua grande maioria, professores de EF, estes especialistas, em vez de estarem a leccionar uma actividade descontextualizada daquilo que deveria ser o currículo dos alunos, poderiam, em estreita coadjuvação com os professores titulares de turma assumir o desenvolvimento curricular da EEFM e da sua extensão ou enriquecimento curricular – as AFDs.

Outra conclusão que importa reter prende-se com a ausência de articulação entre o processo AFDs e os departamentos curriculares de EF, deixando ao critério das entidades promotoras e mediadoras, frequentemente desconhecedores dos propósitos curriculares do ensino básico, a organização das AFDs. Desta forma, teme-se que subsistam sobretudo os critérios de ordem económico-administrativa nessa organização.

Acresce que este isolamento dos professores das AFDs se concretiza num contexto de um expressivo desconhecimento dos programas das EEFM e das AFDs e de frequentes casos de ausência de qualidade de prática. São os próprios professores especialistas a apontar com mais frequência aspectos negativos do que positivos ao processo das AFDs.

Deve ainda assinalar-se que mais de um décimo destes professores não possui habilitação académica adequada, e uma expressiva maioria não tem experiência significativa no ensino neste grau de ensino.

Pelo que foi dito, urge criar condições que permitam incrementar significativamente a EEFM e a sua articulação com as AFDs, reforçando a ligação entre o professor titular de turma e o professor das AFDs. Pelas mesmas razões, devem ser criadas condições para que o Departamento de Educação Física, no seio do agrupamento, se envolva activamente na gestão desta articulação.

Para este efeito, esperam as nossas organizações poder dar o seu melhor contributo com a implementação do projecto de formação apresentado à DGIDC em Julho passado.

Com os nossos melhores cumprimentos

Lisboa, 23 de Outubro de 2007

Marcos Onofre, Presidente da SPEF
Rui Petrucci, Presidente do CNAPEF